Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice	Observações
Maria Clara Simões Monteiro Rosa Fialho	Nomeação ...	Assistente administrativo.	Assistente administrativa principal.	6	290	(a)
José António Carvalho de Matos	Nomeação ...	Engenheiro técnico agrário.	Técnico especialista (engenheiro técnico agrário).	3	500	(a)

(a) Pedido de passagem voluntária à situação de mobilidade especial conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho (extracto) n.º 17 678/2007

Na sequência da publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, tendo, por despacho de 10 de Abril de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas atribuições e competências, urgindo nomear os correspondentes dirigentes, por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado por despacho de 12 de Abril de 2007 do director regional, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Estudos e Programação desta Direcção Regional o assessor principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura do Algarve Helder Manuel Pereira.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem como suporte o respectivo currículo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2007. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Curriculum vitae

Nome — Helder Manuel Pereira.

Naturalidade — Ourique.

Data de nascimento — 28 de Dezembro de 1950.

Formação académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Curso de Regentes Agrícolas, pela Escola de Regentes Agrícolas de Évora.

Formação profissional relevante — ano de 2006 — curso «FOR-GEP — Programa de Formação em Gestão Pública», organizado pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

Carreira profissional:

Nomeado assessor principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve — Portaria n.º 541/2003 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 10 de Maio de 2003;

Nomeado chefe de divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados da DRAALG, em 14 de Agosto de 2001 — despacho n.º 19 664/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 18 de Setembro de 2001;

Nomeado chefe de divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados em 8 de Maio de 1997 — *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1997;

Nomeado chefe de divisão de Serviços em Meio Rural, comissão de serviço, em 14 de Junho de 1993 — *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 17 de Agosto de 1993;

Técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Algarve desde 15 de Abril de 1994 — *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 5 de Maio de 1994;

Técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, *Diário da República* de 27 de Janeiro de 1988, por despacho do Ministro de Agricultura, Pescas e Alimentação de 17 de Fevereiro de 1987, exercendo funções nesta categoria a partir de Outubro de 1986;

Engenheiro técnico agrário de 1.ª classe por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Agricultura, Comércio e Pescas — *Diário da República* de 11 de Agosto de 1983;

Engenheiro técnico agrário de 2.ª classe, por nomeação definitiva, a partir de 1 de Janeiro de 1978, publicado no *Diário da República* de 28 de Novembro de 1978;

Colocado na Direcção Regional do Algarve (pedido de transferência a seu pedido), Zona Agrária de Silves, por despacho da Secretaria-Geral do MAP de 9 de Março de 1978;

Admitido como regente agrícola de 3.º classe pelo Instituto de Reorganização Agrária, em regime de prestação eventual de serviço, em 23 de Junho. Homologado por despacho do Secretário de Estado da Estruturação Agrária em 10 de Setembro de 1975;

Estagiário de fim de curso de regentes agrícolas na Direcção de Serviços de Agricultura e Florestas de Angola, admitido por concurso, tendo ficado em 2.º lugar, promovido pelo Ministério do Ultramar.

Experiência profissional:

Presidente da unidade de gestão regional do regime de ajudas à cessação de actividade agrícola, nomeado pelo despacho conjunto n.º 505/98, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Trabalho e da Solidariedade — *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 30 de Julho de 1998;

Elaboração de projectos de investimento para agricultores e planos de exploração para instalação de jovens agricultores no âmbito do Gabinete de Apoio ao Investimento da Direcção Regional de Agricultura do Algarve de 1981 a 1985;

Colocado como responsável na equipa de extensão rural de Silves — 14 de Julho de 1978 a 28 de Fevereiro de 1981;

Na Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Zona Agrária de Silves, assistência técnica aos agricultores no domínio da citricultura e horticultura em abrigos — 9 de Março de 1978 a 1 de Junho de 1978;

Execução de entrega de reservas, previstas no Decreto-Lei n.º 406-A/75 e da Lei n.º 77/77, de bases gerais de reforma agrária — 1 de Janeiro de 1977 a 8 de Março de 1978;

Membro da Comissão para o Desemprego Rural, em representação do MAP, conjuntamente com elementos do Ministério de Trabalho e do Serviço Nacional de Emprego no Distrito de Évora — de 16 de Maio de 1976 a 31 de Março de 1976;

Apoio técnico às cooperativas e unidades colectivas de produção, resultantes do processo de Reforma Agrária no Centro Regional de Agricultura Agrária de Évora — 23 de Junho de 1975 a 15 de Junho de 1976;

Estagiário de fim de curso na Repartição de Agricultura e Florestas do Cuando-Cubango, Angola, e cumulativamente deu apoio técnico à instalação de blocos culturais — 15 de Outubro de 1971 a 15 de Abril de 1972.

Publicações:

Relatório de fim de curso *Estudo de Campos de Ensaio de Culturas Arvenses*, ano de 1975;

Caracterização da Zona Agrária de Silves — documento interno de trabalho MAP — DRAA (trabalho de grupo de todos os técnicos da Zona Agrária de Silves). Ano de 1978;

Co-autor de *Caso Estudo: Variantes Alternativas do Projecto de Aproveitamento dum Pequeno Regadio*. Ano de 1984;

Autor — *Estrutura de Custos de Implantação a Manutenção de Vinha (Vinho) na Região de Lagoa*. Trabalho apresentado em 18 de Agosto de 1990 na FATACIL/90;

Estrutura de custos de implantação e manutenção de vinha (vinho) no Algarve. Trabalho apresentado em Fevereiro de 1996.

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

Regulamento n.º 187/2007

Comunicado de Vindima 2007

I — Introdução. — Nos termos da Lei Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. (IVDP), e à semelhança das anteriores vindimas, é competência do conselho interprofissional «aprovar as normas a integrar no Comunicado de Vindima». Porém, decorridos mais de quatro meses após a publicação da nova Lei Orgânica, a Casa do Douro, apesar de sucessivas insistências, não indicou os repre-

sentantes da produção, inviabilizando a constituição daquele conselho. Por tal razão, de exclusiva e única responsabilidade da Casa do Douro, o Comunicado de Vindima de 2007 foi elaborado ao abrigo do despacho n.º 14 995/2007, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Julho de 2007.

II — Mosto generoso autorizado (benefício):

1 — É fixado em 125 000 pipas o quantitativo de mosto a beneficiar.

2 — São fixados os seguintes coeficientes para as diferentes classes de vinha que não estejam sujeitas a qualquer condicionante legal:

Classe	Coefficientes (percentagem)	Litros/hectare
A	100	2 395
B	98,4	2 357
C	91	2 179
D	89	2 132
E	77	1 844
F	33,5	802

3 — Os coeficientes indicados incidirão sobre a área referida na col. 2 da Circular de Cepas emitida pelo IVDP, tendo em conta a situação específica de cada parcela.

4 — É aceite uma tolerância de existências de vinho da produção do ano até 5% da quantidade vinificada, apenas aplicável às entidades que vinifiquem mosto generoso. Esta tolerância não é acumulável, devendo ser corrigida em produções futuras e não constitui uma autorização de produção de mosto generoso. Não pode, consequentemente, constar das declarações de produção, nem da respectiva conta corrente.

5 — Se algum produtor ultrapassar o quantitativo atrás fixado ou prestar falsas declarações, o IVDP organizará o respectivo processo, ficando o transgressor sujeito às sanções legalmente aplicáveis.

6 — É interdita a concessão de créditos de litragem.

III — Regime da aguardente e normas a observar na elaboração de vinho do Porto e Moscatel do Douro. — De acordo com o estipulado no Regulamento da Denominação de Origem Vinho do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho, nomeadamente no artigo 9.º, e no que respeita à beneficiação, a quantidade de aguardente vínica deverá ser suficiente para elevar o título alcoométrico de forma a garantir a paragem da fermentação. Este procedimento deverá implicar sempre a existência de açúcares redutores (provenientes das uvas) superiores a 17,5 g/l de vinho.

Assim:

1 — Na elaboração de vinhos aptos à denominação de origem «Porto» e «Douro» (Moscatel), é obrigatória a utilização de aguardente aprovada pelo IVDP de acordo com o disposto no Regulamento n.º 37/2005, de 26 de Abril, relativo à aguardente para as denominações de origem «Douro» (Moscatel do Douro) e «Porto».

2 — Os utilizadores de aguardente vínica para a elaboração de vinho apto à denominação de origem Porto pagarão uma taxa sobre aquele produto de € 0,0249/l.

3 — A quantidade máxima de aguardente vínica com a graduação de 77,0 ± 0,5% vol. a 20°C, a aplicar na beneficiação dos mostos desta vindima é de 115 l de aguardente por cada 435 l de mosto apto à denominação de origem «Porto» e de 130 l de aguardente por cada 420 l de mosto apto à denominação de origem «Moscatel do Douro».

4 — Para as entidades que vinifiquem mosto generoso e Moscatel do Douro, e só para as quantidades efectivamente produzidas, é ainda permitida a aplicação de 15 l de aguardente por cada 535 l de vinho generoso e Moscatel do Douro até 31 de Julho de 2008 (lotas de vindima).

5 — A aquisição, cedência, transporte, utilização ou armazenagem de aguardente vínica em infracção ao Regulamento da Aguardente para as Denominações de Origem Douro (Moscatel do Douro) e Porto determinará a aplicação das sanções previstas neste Regulamento (artigo 19.º) e na legislação em vigor.

6 — A cedência de aguardente entre utilizadores que tenha sido aprovada para o vinho susceptível de obter a denominação de origem Moscatel do Douro e cujo cessionário pretende utilizar na beneficiação de vinho susceptível de obter a denominação de origem «Porto» depende de prévia autorização do presidente do IVDP e implica o pagamento da taxa aplicável à aguardente para vinho do Porto.

IV — Normas de compra. — As normas a que deverão obedecer as compras a efectuar na vindima para efeitos de obtenção de capacidade de venda, nos termos da legislação aplicável, são as seguintes:

Autorizações de produção de mosto generoso

1 — Nos termos da Circular de Cepas enviada aos viticultores nesta campanha, a autorização de produção de mosto generoso (APMG)

apenas é enviada aos viticultores que possuam na sua exploração parcelas com direito a mosto generoso, sendo para os restantes a Circular de Cepas o documento suficiente para efeitos de declaração de colheita e produção (manifesto).

2 — A APMG tem por base a classificação atribuída aos prédios ou parcelas segundo o seu potencial qualitativo, através do método de pontuação previsto na Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, na preocupação de eleger, dentro das parcelas da Região Demarcada do Douro (RDD), as melhores para produção de vinho generoso.

3 — Até ao dia 6 de Agosto são enviadas aos viticultores as respectivas APMG, discriminadas por parcela, de acordo com os dados fornecidos pela Casa do Douro.

4 — A APMG é constituída por um quadro que contém a informação das parcelas de cada viticultor, respectiva classe, área e quantitativo de mosto atribuído que, quando for caso disso, deverá ser entregue à entidade compradora/vinificadora, e pelo comprovativo da transacção de mosto generoso, destacável, que deverá ficar na posse do titular da autorização.

5 — A APMG incluirá, nas parcelas que possuam a casta Moscatel-Galego-Branco, a indicação da respectiva percentagem na col. 3 sobre a área apta da parcela.

6 — Apenas se consideram válidos para efeitos de transacção, as autorizações e comprovativos de transacção que estejam devidamente assinados e carimbados pelo representante da entidade compradora acreditado junto do IVDP, e pelo titular da APMG.

7 — No decurso da vindima poderá ser verificada a conformidade do preenchimento da APMG e do comprovativo de transacção destacável.

8 — A listagem com as características de cada parcela, por freguesia, a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, está disponível no sítio www.ivdp.pt.

9 — Os viticultores poderão ainda consultar e imprimir a sua Circular de Cepas e a APMG no sítio www.ivdp.pt, mediante a introdução do número de viticultor e do número de contribuinte válido.

Transferência de autorização de produção de mosto generoso

10 — É admitida a transferência de APMG entre prédios ou parcelas do mesmo viticultor, de igual ou inferior classificação para superior e até ao limite do rendimento por hectare definido por lei (55 hl/ha), sem prejuízo de poder ser estabelecido um valor inferior tendo em conta as perspectivas efectivas de produção, mediante requerimento dirigido ao presidente do IVDP.

11 — No caso de justificadas perdas totais ou parciais de produção que impeçam a beneficiação autorizada devido a comprovadas situações anormais decorridas no ciclo vegetativo e confirmadas pelos serviços do IVDP, poderão ser autorizadas transferências entre prédios ou parcelas de diferentes viticultores desde que:

Sejam respeitadas as condições definidas no número anterior;

Essas transferências se efectuem, mediante averbamento na APMG do adquirente, nos serviços do IVDP.

Entrega das declarações de colheita e produção e respectivos anexos

12 — Todos os viticultores que produzam uvas/mosto e os produtores de vinho ficam obrigados a entregar no IVDP, até ao dia 15 de Novembro, as respectivas declarações de colheita e produção (DCP) e seus anexos, acompanhados da via respectiva do registo de entrada de uvas (REU), nos casos previstos nos n.ºs 47, 48 e 49.

13 — O não cumprimento do número anterior implicará a impossibilidade de movimentar os vinhos produzidos até à sua regularização, ficando os produtores ainda sujeitos à perda dos direitos previstos no Regulamento (CE) n.º 1282/2001, da Comissão, sendo ainda passível de procedimento contra-ordenacional.

14 — Caso a entrega da DCP seja realizada pela empresa compradora das uvas/mosto ou adegas cooperativa, em programa informático próprio ou fornecido pelo IVDP, o prazo limite de entrega do respectivo ficheiro será 31 de Outubro, sem prejuízo da manutenção do prazo previsto no n.º 25 para o pagamento da quota-parte da taxa devida no momento da validação da DCP.

15 — A DCP, obrigatória para todos os titulares de parcelas na RDD ou produtores de vinho, e o seu anexo n.º 1, têm de conter obrigatoriamente os elementos constantes da Circular de Cepas ou da APMG, nomeadamente:

Número da Circular de Cepas ou da APMG;

Número do viticultor;

Nome e número de contribuinte do titular;

Nome do proprietário das parcelas;

Número, designação e área da parcela.

16 — As DCP serão processadas informaticamente em programa fornecido pelo IVDP, ou em outros programas, desde que previamente validados e aprovados pelo IVDP:

- a) Qualquer alteração aos dados entregues, gerará um novo registo no IVDP com indicação que se trata de uma nova declaração;
- b) É obrigatório o preenchimento do campo NIF, sem o qual a DCP não será validada.

17 — Estará disponível no sítio do IVDP, para as entidades que o desejem, a possibilidade de recolha em ficheiro electrónico dos dados constantes das Circular de Cepas ou de APMG por viticultor, bem como a indicação se possui NIB registado no IVDP para efeito de transferência do pagamento da vindima.

18 — Serão oportunamente definidos em circular os locais de entrega e processamento das DCP.

19 — O cálculo do factor produtividade (rendimento) é determinado em relação ao hectare, pelo que deverá ser tido em consideração no preenchimento da respectiva DCP.

20 — No caso do Moscatel do Douro, a produtividade é calculada com base na percentagem da casta Moscatel-Galego-Branco na parcela comunicada na col. 3 da Circular de Cepas. Caso seja ultrapassado o rendimento por hectare (55 hl/ha no caso de parcelas aptas à produção de vinho da denominação de origem Porto e 65 hl/ha no caso de parcelas aptas exclusivamente à produção de vinho da denominação de origem Douro), o remanescente não poderá ser vinificado como Moscatel do Douro (aguarentado), por força do disposto no Decreto-Lei n.º 191/2002, de 13 de Setembro. A ultrapassagem daqueles rendimentos pode implicar a perda da denominação de origem, salvo, no que respeita à denominação de origem Douro, derrogações gerais ou especiais que venham a ser estabelecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 190/2001, de 25 de Junho.

21 — As parcelas de vinha da RDD classificadas para a produção de vinho de qualidade produzido em região determinada, incluindo as classificadas para produção de vinho generoso, não poderão estar classificadas simultaneamente para a produção de vinhos de mesa. Todavia, os produtores de vinho podem não solicitar a classificação como VQPRD de um produto proveniente daquelas parcelas referido na declaração de colheita como produto apto a dar um VQPRD. Ou seja, um produtor de vinho pode:

- a) Declarar como VQPRD um vinho elaborado com uvas provenientes de uma parcela classificada para a produção de VQPRD; mas pode, igualmente
- b) Declarar, total ou parcialmente, como vinho de mesa ou vinho de mesa com indicação geográfica (vinho regional) um vinho elaborado com uvas provenientes de uma parcela classificada para a produção de VQPRD.

22 — Para além do registo automático dos vinhos com o respectivo ano de colheita, os produtores deverão indicar na sua DCP a quota-parte do vinho generoso produzido que destinam à conta corrente comerciante/ produtor-engarrafador de vinho do Porto.

23 — Na DCP têm que ser mencionados os volumes de mosto concentrado produzidos.

24 — Caso o produtor opte pela declaração efectuada nos termos da alínea b) do n.º 21, poderá beneficiar dos regimes de apoio à destilação, nomeadamente destilação voluntária, bem como à armazenagem privada de vinhos de mesa ou de vinhos regionais nos termos da legislação comunitária em vigor.

25 — A validação da recepção das DCP é efectuada através da emissão do documento de cobrança das taxas aplicáveis, que terá como data limite de pagamento o dia 15 de Novembro:

- a) O não pagamento da quota-parte da taxa devida no momento da validação da DCP, implica o bloqueamento da conta corrente;
- b) O pagamento fora de prazo das taxas implicará a aplicação de juros de mora nos termos da legislação em vigor;
- c) A obrigação legal de pagamento da quota-parte da taxa devida no momento da validação da DCP incide sobre o viticultor, mas pode esse pagamento ser efectuado pelos comerciantes nos termos acordados com os viticultores, embora este acordo não afaste a referida obrigação legal nem produza efeitos em relação ao IVDP;
- d) Por solicitação dos viticultores, o IVDP poderá receber as quotas da Casa do Douro.

26 — A data limite para alteração dos dados constantes nas DCP será 31 de Janeiro de 2008. Correções posteriores a esta data só serão admitidas após análise quantitativa e qualitativa do produto. Será cobrada, além dos juros devidos, uma tarifa de serviço de € 10 por cada DCP nova ou corrigida.

Abertura de contas correntes

27 — Com base nas DCP e respectivos anexos, o IVDP abrirá as contas correntes de todos os vinhos, sendo abatidas às contas correntes

de aguardente as quantidades utilizadas na beneficiação do mosto generoso e de moscatel.

28 — A quantidade de mosto moscatel indicado na DCP ficará sujeita não só a validações quanto à existência da casta Moscatel-Galego-Branco na parcela, como a outras verificações que se julguem adequadas.

29 — Para os vinhos aptos à denominação de origem Porto, Douro e vinho Regional Duriense, no caso de o produtor pretender utilizar menções alusivas à quinta ou castas (excluindo nesta o vinho do Porto), deverá proceder ao respectivo registo complementar na DCP, em anexo próprio para o efeito.

Modalidades de pagamento

30 — Nos limites das atribuições e competências do IVDP legalmente estabelecidas e sem prejuízo das condições de transacção livremente negociadas das uvas, mostos e vinhos, bem como das garantias das obrigações civil e comercialmente admitidas, a que o IVDP é alheio, a modalidade de pagamento para a vindima de 2007 é definida da seguinte forma:

a) O IVDP abre conta na Direcção-Geral do Tesouro para pagamento aos viticultores, nos termos do despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de 15 de Junho de 2007, que obriga ao cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado;

b) Os comerciantes efectuarão os seus pagamentos aos viticultores através de transferência bancária para a conta referida na alínea anterior (NIB: 078101120112001272298), e entregarão ao IVDP o comprovativo da referida transferência e o ficheiro dos valores a pagar a cada um dos viticultores, indicando:

- Número e nome do viticultor;
- Tipo de produto;
- Tipo de pagamento (adiantamento/prestação/liquidação);
- Preço por pipa e quantidade a liquidar (apenas nas liquidações);
- Eventuais deduções por pagamento de taxas, quotas, etc.;
- Valor total a pagar;

c) Os comerciantes que não efectuem a transferência bancária prevista na alínea anterior, terão de depositar o respectivo cheque no IVDP até ao dia 10 de Janeiro de 2008, acompanhado do ficheiro com os elementos referidos na mesma alínea;

d) O IVDP apenas fará pagamentos aos viticultores por transferência bancária para o NIB (número de identificação bancária) que estes tenham indicado. Os viticultores que ainda não entregaram nos serviços do IVDP o seu NIB, devem-no fazer, acompanhado do documento de autorização de transferência bancária assinada pelo viticultor e fotocópia do respectivo bilhete de identidade e do número de contribuinte (NIF);

e) Nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento da Denominação de Origem Vinho do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho, as normas a que deverão obedecer as compras a efectuar na vindima têm por função a obtenção de capacidade de venda, pelo que a referida conta tem como prazo limite de funcionamento 31 de Dezembro de 2008; assim, após este prazo, os montantes depositados para pagamento aos viticultores, mas não levantados por estes, serão devolvidos aos comerciantes.

31 — Em derrogação à obrigatoriedade do cumprimento do número anterior, os comerciantes poderão depositar, até 14 de Dezembro de 2007, um exemplar do contrato estabelecido entre comprador e vendedor de uvas/mosto, que obedeça às regras e aos conteúdos mínimos estabelecidos no anexo ao presente Comunicado de Vindima, sem prejuízo do cumprimento do disposto nos n.ºs 32, 33, 36 e 37.

32 — As uvas serão integralmente liquidadas pelos compradores até 15 de Janeiro de 2008.

33 — Os mostos adquiridos na vindima deverão ser liquidados pelos compradores, no máximo, em duas prestações, sem prejuízo do cumprimento do disposto nas normas constantes das bases IV e V, para que possa ser atribuída a respectiva capacidade de venda:

Prestação	Valor (percentagem)	Data
1.ª	40	Até 15 de Novembro de 2007.
2.ª	60	Até 15 de Janeiro de 2008.

34 — Em caso de carregação dos vinhos, anterior a qualquer daquelas datas, o quantitativo carregado deverá estar integralmente pago no momento da sua ocorrência.

35 — O IVDP só validará as transacções após confirmação do pagamento ao viticultor pelo comerciante.

36 — Em caso de não pagamento, nos prazos previstos, o IVDP selará o respectivo quantitativo de vinho que se manterá indisponível até total regularização da vida.

37 — Nas vendas dos comerciantes de vinho generoso aos comerciantes de vinho do Porto, o pagamento será validado pelo disposto nos n.ºs 30 e 31, sendo esta condição suficiente para que o vinho seja carregado, conferindo capacidade de venda. Nos casos em que ultrapassados os prazos, o comerciante de vinho generoso não tenha liquidado as uvas (ou vinho) ao viticultor, o valor depositado será retido até liquidação aos viticultores.

38 — As liquidações de uvas/mosto anteriores a 15 de Novembro serão aceites após verificação da entrega da respectiva DCP.

39 — Os pagamentos são considerados efectuados mediante boa cobrança dos cheques ou contratos nos termos do n.º 31.

Trânsito de produtos vínicos

40 — Nos termos da legislação vitivinícola em vigor, é competência do IVDP a validação dos transportes dos produtos a granel no interior da RDD. Sendo a emissão *on-line* do documento administrativo de acompanhamento (DAA) obrigatória desde 1 de Outubro de 2004, no sítio da Internet da DGAIEC, nos termos definidos no Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) e no Manual do Documento Administrativo de Acompanhamento (DAA), considera-se devidamente validado o DAA que apresente, na respectiva casa 23, o código *IVDP.

41 — É dispensado o documento de acompanhamento quando o transporte de uvas ou mosto seja efectuado pelo próprio viticultor ou, por sua conta, por um terceiro que não o destinatário, a partir da sua própria vinha ou centro de vinificação, devendo, contudo, fazer-se acompanhar do cartão de viticultor, cartão da adegas cooperativa de destino ou outro, onde conste a sua identificação com o número de viticultor, ou ainda fotocópia de qualquer daqueles.

42 — É da responsabilidade do produtor e do transportador fazer acompanhar as uvas e ou mostos desses documentos, cuja apresentação é obrigatória, sempre que solicitada pelos Serviços Externo do Controlo do IVDP.

43 — Sempre que haja uma acção de controlo será elaborado um auto sumário, do qual conste o número de viticultor e nomes da entidade produtora, transportadora e destinatária.

44 — No caso do respectivo cartão identificativo ou sua fotocópia ser exigido e não existir, será elaborado um auto assinado pela entidade transportadora e pelo funcionário do IVDP, não se inviabilizando contudo, a continuidade do transporte, sendo posteriormente efectuado o controlo administrativo da procedência e destino dos produtos em questão, com vista à aplicação das sanções legais que eventualmente tenham lugar.

45 — Qualquer veículo utilizado no transporte de produtos vínicos em contravenção da lei ou do comunicado de vindima poderá ser retido, nos termos da lei, pela autoridade policial até que a entidade judicial se pronuncie.

46 — O trânsito de produtos vínicos no âmbito das medidas de intervenção tem que se efectuar ao abrigo de documentos de acompanhamento pré-validados. Esta validação para os produtores da RDD é efectuada na sede do IVDP. O horário a vigorar no período de vindima será das 9 às 19 horas nos dias úteis e das 10 horas às 17 horas e 30 minutos nos fins-de-semana e feriados. O início e término deste período alargado de trabalho serão oportunamente divulgados.

Registos a manter

47 — Os proprietários de centros de vinificação, sejam pessoas singulares ou colectivas, bem como as adegas cooperativas ou agrupamentos de pessoas que recebam, seja a que título for, uvas ou mostos, próprios ou de terceiros, ficam obrigados a manter sempre actualizado, por data e hora, um registo da sua entrada (REU), por entidade vinificadora, indicando o número de viticultor, a freguesia de proveniência, matrícula da viatura que efectua o transporte, a quantidade e a cor das uvas recebidas.

48 — O IVDP disponibiliza o REU nos seguintes formatos: aplicação informática (desenvolvida pelo IVDP ou validada por este) e impressos pré-numerados (três vias) sendo a primeira destinada a ser recolhida nas acções de controlo, a segunda a ser anexada à DCP e a terceira a ser arquivada na entidade vinificadora.

49 — Para os operadores que na vindima adquiram uvas/mosto é obrigatória a informatização dos REU. Será atribuída uma numeração interna para cada entidade vinificadora/centro de vinificação.

50 — Ao incumprimento do dever de entrega dos REU devidamente preenchidos será aplicável o disposto na base VII, n.ºs 3 e 4.

51 — Para efeitos de controlo, os operadores que possuam aguardente certificada pelo IVDP são obrigados a manter devidamente actualizado o registo previsto no artigo 12.º do Regulamento da Aguardente para as Denominações de Origem Douro (Moscatel do Douro e Porto), publicado em anexo ao Regulamento n.º 37/2005, de 26 de

Abril, bem como no anexo 1 da Circular n.º 6/2004 do IVDP. Estão dispensados desta obrigação os pequenos produtores cujo volume de aguardente adquirido seja inferior a 10 000 l, devendo estes registar os movimentos no campo 23 do DAA.

52 — No caso dos produtores deterem mosto concentrado ou mosto concentrado rectificado, independentemente de virem ou não a ser autorizadas operações de enriquecimento do mosto, deverão os produtores manter actualizados por ordem cronológica o registo de produtos vitivinícolas — produtos especiais (mosto concentrado e mosto concentrado rectificado) e a ficha de registo por depósito, nos termos do que vier a ser definido em circular do IVV.

53 — Os produtores que procedam à concentração de mostos devem manter actualizado um registo específico das operações de concentração.

Garrafeira pessoal

54 — Os viticultores podem ser autorizados a beneficiar até 250 l de mosto destinados exclusivamente à sua garrafeira pessoal, mediante solicitação dirigida ao IVDP, com a indicação das instalações próprias do viticultor onde o vinho ficará obrigatoriamente armazenado, sendo interdita a sua venda.

55 — O incumprimento do disposto no número anterior determinará a impossibilidade de poder usufruir de autorizações de constituição de garrafeira durante um período de cinco anos.

V — Compras pós-vindima. — 1 — Podem ainda dar capacidade de venda, nos termos da legislação aplicável, os vinhos generosos adquiridos pelos comerciantes de vinho do Porto à lavoura ou aos comerciantes de vinho generoso, entre 16 de Novembro de 2007 e 15 de Janeiro de 2008 e desde que:

Sejam registados em nome do adquirente até 15 de Janeiro de 2008;

A validação do seu pagamento aos produtores, adegas cooperativas ou comerciantes de vinho generoso seja efectuada até 15 de Janeiro de 2008, por pagamento efectivo através da conta produtor ou por depósito, até 28 de Dezembro, de um exemplar do contrato estabelecido entre comprador e vendedor de vinho que obedeça às regras e aos conteúdos mínimos estabelecidos no anexo ao presente comunicado de vindima, sem prejuízo do cumprimento do disposto nos n.ºs 32, 33, 36 e 37 da base IV;

Tenham sido transportados do local de origem para instalações próprias e vasilhas exclusivas dos adquirentes ou outras, incluindo as instalações do vendedor, na condição de possuírem título de ocupação.

2 — O trânsito de vinho generoso efectuado dentro da RDD, deverá ser realizado no cumprimento do disposto no n.º 40 da base IV deste comunicado de vindima.

3 — Todos os operadores que possuam nas suas instalações quantitativos de vinho generoso pertencentes a outros operadores estão obrigados a manter essas existências em vasilhas devidamente identificadas.

VI — Capacidade de venda. — A atribuição da respectiva capacidade de venda aos vinhos adquiridos pelos comerciantes de vinho do Porto e aos indicados pelos produtores-engarrafadores para a comercialização de vinho engarrafado só será efectuada após a verificação do cumprimento das normas constantes das bases IV e V.

VII — Disposições gerais:

Vinhos de quinta

1 — Nos termos da Portaria n.º 1084/2003, de 29 de Setembro, as entidades que pretendam produzir vinhos de quinta em instalações de terceiros deverão obedecer às condições requeridas, nomeadamente no que respeita à separação física dos vinhos em todas as etapas do processo produtivo, e devem comunicar ao IVDP a data prevista para o início da vindima, bem como a identificação das instalações de vinificação, com pelo menos 15 dias de antecedência.

2 — As uvas aptas à produção de vinho com direito à utilização de expressões previstas no referido diploma, bem como o vinho produzido, são participadas na DCP do agente económico detentor da exploração vitícola, conforme o previsto no n.º 28 do n.º IV.

Infracções

3 — Independentemente das competências de controlo do IVDP, a infracção ao disposto no presente comunicado de vindima e demais legislação aplicável, poderá determinar a aplicação das sanções previstas na legislação em vigor, em especial no Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de Agosto, que estabelece o regime das infracções vitivinícolas, e que pune como crime ou contra-ordenação, designadamente, a violação da disciplina aplicável à vinha, à produção, à transformação, ao comércio dos vinhos e dos outros produtos vitivinícolas.

4 — Quem mantiver situações de irregularidade perante o IVDP nos termos do presente comunicado de vindima ou da regulamentação aplicável, poderá ficar sujeito às seguintes consequências:

a) Se for produtor, será suspenso o envio da autorização de produção e ser-lhe-á suspensa a possibilidade de movimentar a sua conta corrente até que a situação esteja regularizada. Caso a regularização tenha lugar após 31 de Outubro, considera-se perdido o direito à atribuição de produção de mosto generoso;

b) Se for comerciante, ser-lhe-ão suspensas todas as suas contas correntes até que a situação esteja regularizada. Tal suspensão implica a impossibilidade de proceder à validação dos DAA.

26 de Julho de 2007. — O Presidente, *Jorge Monteiro*.

ANEXO I

Contrato de vindima

Nos termos dos artigos 21.º e seguintes do Regulamento da Denominação de Origem Vinho do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho, é com base no efectivo pagamento dos valores acordados entre produtores e comerciantes, que actualmente é efectuado através da designada Conta para pagamentos de vindima, que o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP) credita na conta corrente dos comerciantes, os respectivos volumes de vinhos adquiridos.

Porém, frequentemente, as operações de compra e venda assentam em acordos de duração e natureza variáveis, pressupondo meios e formas de pagamento nem sempre facilmente compatíveis com a obrigatoriedade de o mesmo ser efectuado através da referida conta.

Assentando o interprofissionalismo em princípios de lealdade, transparência e estabilidade, a figura do contrato de vindima constitui uma das formas desejáveis para assegurar tais princípios.

Com efeito, a elaboração de contratos de vindima pode contribuir para uma melhoria do conhecimento e da transparência da produção e do mercado, para uma melhor coordenação da colocação dos produtos no mercado, para um melhor aproveitamento do potencial de produção e para uma valorização da qualidade da matéria-prima, tendo em conta, designadamente, o disposto na Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, quanto à classificação das parcelas com cultura de vinha para a produção de vinho susceptível de obtenção da denominação de origem Porto.

Assim, nos termos do disposto no artigo 41.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999, do Conselho, de 17 de Maio, que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola, no artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento da Denominação de Origem Vinho do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho, e nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 47/2007, de 27 de Fevereiro, são estabelecidas as seguintes normas para celebração de contrato-tipo entre os viticultores e os comerciantes:

Normas

O contrato de vindima a celebrar entre os viticultores e os comerciantes, cuja minuta de contrato-tipo pode ser consultada no sítio da Internet www.ivdp.pt, obedece às seguintes normas:

1) Identificação completa das partes. Pessoa singular: nome, número de identificação fiscal (NIF), número do bilhete de identidade (BI) e número de viticultor/de entidade e domicílio; pessoa colectiva: denominação social, número de pessoa colectiva (NIPC), sede e nome da(s) pessoa(s) com poderes para a obrigar (representante);

2) Identificação do tipo de produto (uvas ou mosto), classe a que pertence(m) a(s) parcela(s) de onde provêm as uvas (classes A a F, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, com carácter facultativo), quantidade (em quilos de uvas ou litros de mosto generoso), preço unitário estabelecido em relação ao quilo ou ao litro e valor total;

3) Meio (cheque, numerário, transferência ou outra), forma (a pronto e em acto único ou a prestações) e data(s) de pagamento. A data limite de pagamento (liquidação total) não pode ultrapassar os prazos estabelecidos no comunicado de vindima, em especial o disposto nos n.ºs 32 e 33 da base IV e no n.º 1 da base V;

4) Um exemplar autêntico do contrato tem de ser depositado no IVDP, até 14 de Dezembro de 2007 (base IV), ou até 28 de Dezembro de 2007 (base V);

5) A denúncia unilateral deste contrato pode ser efectuada ao IVDP até à data limite de 10 de Janeiro de 2008, caso em que se mantém a obrigatoriedade de pagamento através da conta para pagamentos de vindima.

2611038165

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 17 679/2007

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, a licença para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário só pode ser concedida por períodos superiores a 30 dias desde que sejam respeitados os limites fixados no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 8.º do referido diploma legal;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do mencionado Regulamento, poderá ser dispensada a exigência do cumprimento dos limites de ruído referidos nos considerandos anteriores, quando se trate de infra-estruturas de transporte cuja realização corresponda à satisfação das necessidades de reconhecido interesse público;

Considerando que a execução da obra da EN 243, «Reabilitação da ponte metálica da Chamusca sobre o rio Tejo», implica a utilização de máquinas e equipamento adequados ao tipo de intervenção, com nível sonoro variável;

Considerando ainda que serão adoptadas as medidas de minimização de impacte ambiental devidas, quer aos equipamentos quer às actividades a desenvolver;

Considerando que a execução desta obra só é exequível com o referido tipo de equipamento e é imperiosa a sua conclusão nos prazos previstos, tendo em conta os benefícios decorrentes da utilização deste empreendimento rodoviário não só para os seus utilizadores mas também para a população em geral na melhoria da qualidade de vida;

Considerando que a execução desta empreitada corresponde à satisfação de necessidades de manifesto e reconhecido interesse público;

Determino, nos termos e ao abrigo do n.º 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído, que a execução das obras do empreendimento anteriormente mencionado fiquem dispensadas do cumprimento dos limites previstos no n.º 3 do artigo 4.º e no artigo 8.º deste diploma no período compreendido entre a presente data e Setembro de 2008, aos Sábados, Domingos e feriados das 8 às 17 horas e, esporadicamente, entre as 20 horas e as 8 horas para realização de actividades que impliquem o corte total de circulação na ponte ou que, por questões de segurança e qualidade, não podem ser suspensas a meio da sua realização, designadamente execução de estacas, maciços de betão armado, demolição de encontros e cabeças de estacas, fresagem do tabuleiro, impermeabilização do tabuleiro, nova pavimentação do tabuleiro, montagem de juntas de dilatação e substituição de *goussets*.

16 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 17 680/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º e seguintes do CPA e no âmbito dos poderes de substituição do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conferidos no n.º 4 do despacho n.º 16 229/2005, de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Julho de 2005, delego no secretário-geral do Ministério, Dr. José dos Santos Cardoso, a competência para assinar todos os contratos e documentos contratuais a celebrar com a Microsoft Ireland Operations, Limited, por forma a dar execução ao protocolo assinado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Microsoft em 5 de Junho de 2007 e que regula os termos, condições e acções de colaboração a implementar pela MSFT, Software para Microcomputadores, L.da, e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através do FSI — Fundo para a Sociedade de Informação, na promoção da info-inclusão e desenvolvimento de competências em TIC.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

16 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 17 681/2007

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, a licença para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário só pode ser concedida por períodos superiores a 30 dias desde que sejam respeitados os limites